



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 271

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FREIRIANAS EM ILHA BELENENSE:
UM ENFOQUE NA UNIDADE PEDAGÓGICA DA
COMUNIDADE CASTANHAL DO MARI-MARI, ILHA DO MOSQUEIRO**

**José Bittencourt da Silva
Jenijunio dos Santos**

Belém, Outubro de 2010

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 271

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FREIRIANAS EM ILHA BELENENSE: UM ENFOQUE NA UNIDADE PEDAGÓGICA DA COMUNIDADE CASTANHAL DO MARI-MARI, ILHA DO MOSQUEIRO

*José Bittencourt da Silva¹
Jenijunio dos Santos²*

Resumo:

Tradicionalmente a educação tem sido percebida e implementada pelas elites brasileiras a partir de pressupostos dicotômicos entre ciência e senso comum, ou entre os que sabem tudo e os que nada sabem. É a chamada educação bancária (FREIRE, 2001; 1997) aquela que nega completamente os educandos como sujeitos do conhecimento e ratifica a postura do professor/provedor do saber. Este tipo de educação tem levado aos espaços educacionais processos de exclusão, autoritarismo, preconceitos e a produção de mentes estereotipadas. A concepção freiriana de educação, calcada em uma tríade dialógica entre educador/ educando/ mundo, pressupõe uma cisão com a educação bancária, ampliando e promovendo a inclusão dos vários sujeitos educacionais nos processos cotidianos da docência e da discência. Na comunidade do Castanhal do Mari-Mari, ilha do Mosqueiro, Belém, Pará tem-se uma experiência bastante importante neste sentido. Lá, buscou-se desenvolver uma educação dialogada, participativa e construtora da autoestima dos educandos e, por extensão, da própria comunidade. O trabalho apresenta uma exposição teórica e conceitual a partir da visão freiriana sobre os processos educativos, e expõem relatos de experiência que demonstram a necessária inserção da escola no mundo da vida dos educandos. O que segue são aprofundamentos acerca da temática levantada no contexto do caso selecionado para estudo.

Palavras-Chave: Educação bancária. Concepção freiriana de educação. Relato de experiência no Castanhal do Mari-Mari.

¹ Sociólogo e especialista em Ciência Política (IFCH/UFPA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutor em Ciências Ambientais (NAEA/UFPA). Atua como Professor Adjunto na Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará. Email: jbsilva@ufpa.br

² Pedagogo (UEPA) e especialista em Psicologia Educacional (PUC-MG). Atua como Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Ensino de Belém. Email: jenijunio@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A concepção freiriana de Educação, calcada em uma tríade dialógica entre educador/educando/ mundo, pressupõe uma cisão com a educação elitista bancária, ampliando e promovendo a inclusão dos vários sujeitos educacionais³ nos processos cotidianos da docência e da discência. Com base em princípios freirianos do ensinar e aprender, o presente artigo objetiva apresentar um relato de experiências educacionais escolares (Educação Infantil e Ensino Fundamental) na comunidade do Castanhal do Mari-Mari, ilha do Mosqueiro, Belém, Pará.

Precisamente, tem-se uma descrição densa e analítica de atividades escolares vivenciadas nos anos letivos de 2008 e 2009, junto à comunidade mosqueirense citada. Essas práticas fazem parte do projeto didático “Preservar a Natureza, é Construir a Paz”, o qual se apresenta como uma tomada de decisão dos próprios sujeitos educacionais da Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari⁴, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação que, em seus princípios normativos, estimula os fazeres pedagógicos das populações ribeirinhas belenenses, no que concerne à contextualização do conteúdo, com enfoque na cultura, nos saberes e ecossistemas locais.

Com base em uma perspectiva metodológica e epistemológica etnográfica (ANDRÉ, 1995; MALINOWSKI, 1978), em que se sobressaem os relatos orais, imagens fotográficas e observação participante, dividiu-se o artigo em dois momentos bem definidos. Primeiro, fez-se uma discussão teórico conceitual sobre os princípios educacionais colocados por Freire (2001, 1997; 1983) e, posteriormente, tem-se o relato de experiência propriamente dito, momento em que se pretendeu demonstrar as práticas educativas escolares do dia a dia dos sujeitos educacionais. O que segue são aprofundamentos acerca da temática levantada no contexto do caso selecionado para estudo.

2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

Na produção e comunicação do conhecimento científico, algumas exigências precisam ser efetivadas, dentre as quais se pode destacar a utilização dos conceitos, estes podem ser considerados como verdadeiras ferramentas para exposição e compreensão do real percebido. Contudo, observa Rudio (1998, p. 27) “[...] nem todos os termos precisam ser definidos. Necessitam definição os poucos usados, os que poderiam oferecer ambigüidade de interpretação, ou os que **desejamos sejam compreendidos com um significado bem específico**, etc.” (grifo nosso). Destarte, antes de qualquer discussão acerca do objeto de pesquisa, a noção de Educação requer um trato teórico conceitual mais acurado. Para tanto, buscar-se-á na teoria freiriana as bases epistemológicas para se fazer essa conceituação.

O livro *Pedagogia da Autonomia* de Freire (1997) trata da arte de ensinar. Dentre os muitos aspectos abordados na obra, pode-se destacar a crítica fervorosa do autor ao ensino tradicional, no qual

³ Além dos professores e o corpo técnico e administrativo escolar, serão percebidos como sujeitos educacionais os próprios alunos, seus familiares e o pessoal de apoio da escola.

⁴ As Unidades Pedagógicas são espaços educacionais formais que são ligados burocraticamente a uma escola. O que diferencia estas Unidades do anexo é o fato delas terem certa autonomia, com um coordenador(a) que gerencia todos os processos administrativos e pedagógicos.

se negada a existência do sujeito aprendente e se afirma a pedagogia bancária, aquela que coloca os educandos como objetos passivos em uma relação de mão única com sujeitos que supostamente sabem tudo. Como se observa na charge⁵ abaixo, esse tipo de educação é bancária porque os professores, hipoteticamente detentores de todo o saber, depositariam os conhecimentos nas cabeças dos alunos, percebidos como uma folha de papel em branco, que precisaria ser preenchida.



De fato, Freire critica certa pedagogia que nega a autonomia do educando pela imposição de métodos, receituários e técnicas que visam transferir conhecimento do professor para o aluno. É contra esse tipo de pedagogia que o autor recomenda o pensar “certo”, ou seja, saber que ensinar não é transferir teorias e sim construir caminhos para a autopercepção e autoconstrução teórico prática dos educandos. Isso requer uma postura exigente e às vezes penosa por parte de todos os envolvidos no fazer educacional. É nessa linha de pensamento freiriano que Gadotti (2008, p. 25) afirma que “[...] o professor também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Assim o professor deixará de ser um ‘lecionador’ para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem”.

Ao negar a educação bancária, Freire (2001) afirma o necessário diálogo para um fazer educativo transformador. Essa dialogicidade deverá ser cotidianamente exercitada entre o “eu” e o “você” mediatizada pelo mundo existencial do “nós”, o qual deverá ser compreendido, discutido e analisado com muito amor e respeito aos outros. É por isso que não se deve deixar de lado a vida prática dos educandos em seus processos existenciais. Todavia, o autor ressalta que aquele que ensina não pode ser vazio de conteúdo, de método, de capacidade para desenvolver suas atividades como educador. Nesta perspectiva, o autor não cai na idéia socrática mal interpretada do “só sei que nada sei”. Muito pelo contrário. Freire é um ferrenho defensor de uma ação coordenada e coerente daquele que ensina e educa, mas que deve levar em conta as capacidades do aprendente na busca por sua autoconstrução.

⁵ Charge capturada do sitio <http://pedagogaatuante.blogspot.com/2009/12/educacao-bancaria-x-educacao.html>. Acesso em: 31 maio 2010. Esse desenho é realmente emblemático e expressa muito claramente a noção de educação bancária discutida por Freire (Op. Cit.).

Esta é a mensagem fundamental na concepção freiriana: o respeito ao conhecimento que o aluno traz para a escola, sem considerá-lo como desprovido de sentido ou logicidade. É exatamente no contexto de um compartilhamento de saberes que se faz o Educar, que para Freire (1997, p. 15) não é puramente treinar o aluno para o desempenho de certa habilidade, mas sim contribuir com seu processo de autopercepção, potencializando suas condições humanas e sociais gerais, ou seja, como pessoa que existe e não apenas está no mundo.

[...] existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contido na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existirem” (FREIRE, 1983, p. 40).

Deste modo, o ato de educar precisa propiciar aos aprendentes essa construção existencial do ser humano, articulando sua experiência com os processos cognitivos escolares. Para Freire (Ibidem) somente assim os educandos poderão sair da condição de objetos passivos para a condição de sujeitos suscetíveis de assumirem-se como seres comunicantes, pensantes, falantes, transformadores, criadores e realizadores de sonhos. Freire (1997) mostra que a assunção de nós mesmo não significa a exclusão dos outros. É por isso que nessa perspectiva o ato de educar é emancipatório, uma vez que o conhecimento passa a ser visto como produtor de liberdades, de uma autoconcepção antropológica pela qual se reconhece o “inacabamento humano” e a incapacidade de tudo conhecer. O ser humano, portanto, é visto como ser incompleto e em constante (re)construção, em uma busca incessante de seu automealhamento.

Mas, se somos seres inconclusos de que maneira poder-se-ia buscar os melhoramentos necessários para essa construção? O pressuposto para isso deve partir de uma Educação que estimule a indagação crítica criativa dos aprendentes, aumentando sua capacidade de percepção do novo, fomentando sua curiosidade e a problematização do real. O professor deve ser um “desafiador”, um estimulador de seus alunos ensinando-lhes a pesquisa, o pensar, escrever e perceber diferentemente o mundo. Esse é o seu papel. O educador não deve ser do tipo memorizador, que apenas reproduz brilhantemente o que leu, sem contextualizar, ou até mesmo sem emitir um posicionamento. Ele deve relacionar toda a sua leitura memorizadora com a realidade que o cerca. Portanto, é indispensável na práxis educacional transformadora o fomento à curiosidade, vista como basilar para qualquer relação dialógica de construção do autoconhecimento dos educandos.

É exatamente por isso que se justifica o posicionamento freiriano do descontentamento com as injustiças às quais estão submetidos os “oprimidos” no mundo, e de que os educadores precisam exercer uma práxis transformadora e não simplesmente conformadora dos processos históricos do real percebido. Mas, essa práxis deve ser feita com método, a partir de uma ética promotora de uma conduta emancipatória ou construtora da autonomia dos seres humanos. Essa ética reprovar o descaramento, a abuso, a falsa consciência daqueles que destroem os sonhos, as utopias e o deslumbramento com um mundo melhor. A ética que não aceita preconceitos de qualquer natureza. A

ética que liberta. Por isso, ela não pode estar desvinculada da atividade educacional não-conformista e existencial.

Em suma, Freire (1997) apresenta os saberes que avalia serem imprescindíveis à atividade educacional, e orienta os educadores a pensar sobre suas práticas pedagógicas sem perder de vista a busca constante pelo aperfeiçoamento do trabalho, em que a cada momento deve-se pretender fomentar a opção pelo melhor, não de modo assistemático e confuso, mas com procedimentos bem elaborados, com a confiança de que a busca pelo melhor é a grande utopia a alcançar e, assim, ter a esperança de que é possível uma educação mais humana e holística. É evidente que isso requer muita inspiração e, principalmente, transpiração haja vista que empenho e a vontade de produzir o novo requerem esforços redobrados, mas sem jamais perder a ternura, o amor e a emoção de se estar fazendo a coisa certa (GADOTE, 2008; FREIRE 1997; 2007).

3. O FAZER PEDAGÓGICO NA COMUNIDADE RURAL DO CASTANHAL DO MARI-MARI NA ILHA DO MOSQUEIRO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

3.1 SITUANDO O LOCAL DA EXPERIÊNCIA

O estado do Pará, composto por 143 municípios e é detentor de um vasto e importante potencial natural e cultural na região Amazônica. Sua história está ligada a processos econômicos e políticos fortemente ligados ao extrativismo e ao mandonismo local. Ao longo desses processos o estado vem se defrontando com realidades diversificadas e graus diferenciados de transformações. São alterações geológicas, florísticas, faunísticas, sociais, simbólicas e ecossistêmicas, principalmente em espaços de influências aquáticas, mais especificamente nas áreas insulares entrecortadas por rios, igarapés, furos, mares e outros. Esses espaços ora são percebidos como fator limitante, ora como uma via de contato com outras localidades e ora como potencial econômico, mormente na área do turismo.

A capital do estado do Pará, o município de Belém, expressa muito claramente essa realidade de antropização e modificação sócioespacial. Como se pode observar na figura 1 a seguir, Belém está situada às margens da Baía do Guajará, na confluência com a foz do rio Guamá, apresentando uma parte continental e outra insular, composta por 39 ilhas, algumas abrigando contingentes humanos significativos. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Belém (PMB, 1998), apenas 31 ilhas possuem denominação, dentre as quais se pode citar: Mosqueiro (a maior de todas as ilhas), das Pombas, Maracujá, Papagaio, Maruim I e II, Cunuari (Andorinha), Conceição, São Pedro, Caratateua (Outeiro), Santa Cruz, Tatuoca, Cotijuba, Coroinha, Jutuba, Urubuoca, Patos (Nova), dos Papagaios, Barra dos Patos, Redonda, Fortim, Cruzador, Fortinho, Patos, Cintra, Marineira (Combú), Murutucu, Paulo da Cunha, Negra dentre outras.

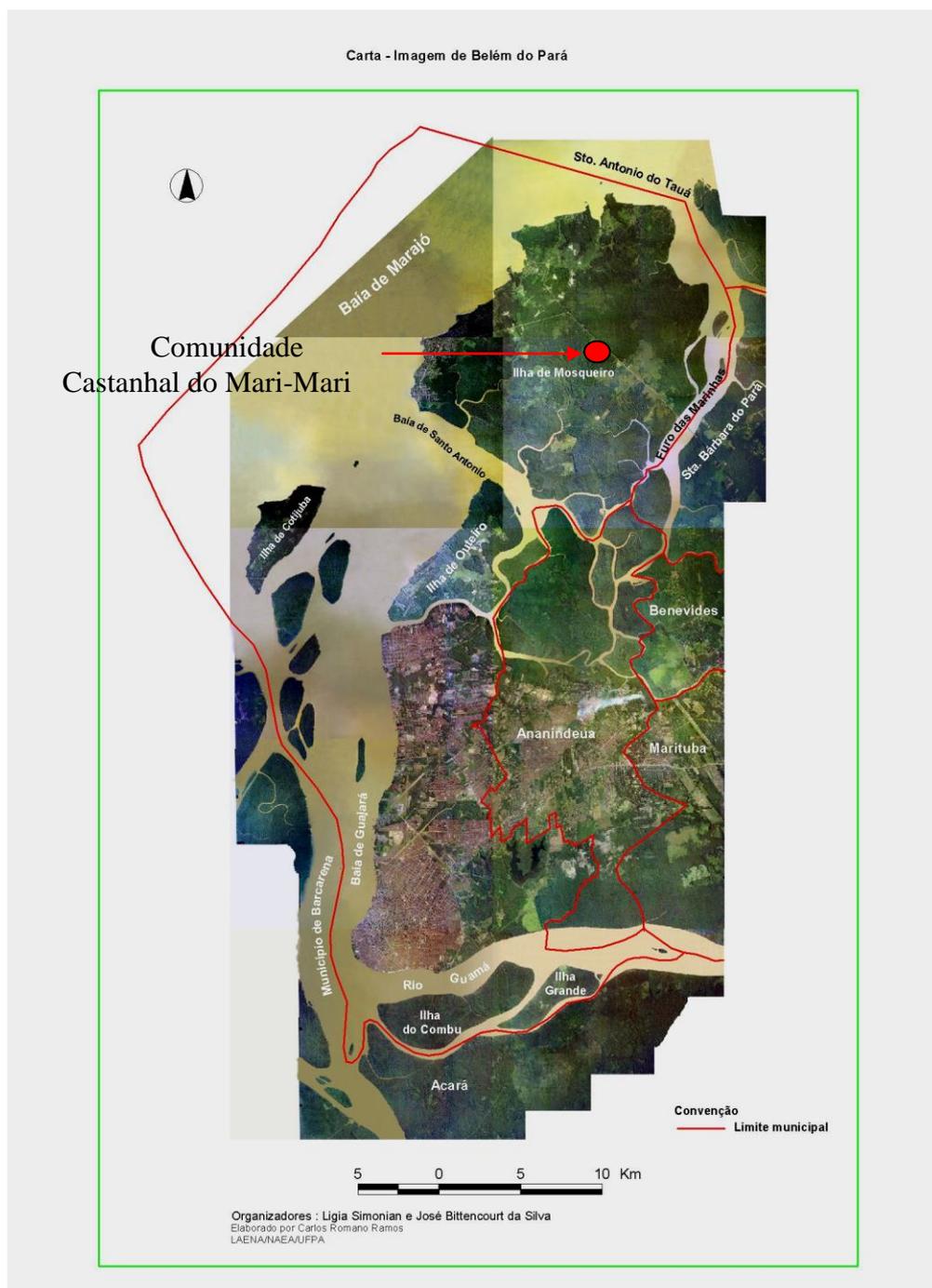


Figura 1: Município de Belém e Região Metropolitana de Belém – RMB, Pará. Organizadores: Ligia Simonian e José Bittencourt da Silva. Elaborado por Carlos Romano Ramos, LAENA/NAEA/UFPA.

Em geral, essas ilhas assumem um papel de destaque no cotidiano da parte continental do município, sejam como polo de abastecimento de produtos agroextrativistas, como pólo de desenvolvimento cultural, seja como áreas estratégicas para o turismo, ou mesmo como moradia sazonal das classes médias urbanas belenenses. Tome-se como exemplo emblemático a ilha do

Mosqueiro, que apresenta a maior porção territorial, com aproximadamente 212.546 Km², e a maior densidade populacional no contexto desse arquipélago (PMB, 1998).

Mosqueiro está administrativamente ligada à prefeitura de Belém, e fica distante cerca de 60,5 Km do núcleo urbano da capital. Possui uma área de 17.000 ha, com uma faixa litorânea de cerca de 17 km, formando 21 praias fluviais, composta por 13 ilhas, abrangendo um total de 27.777 habitantes (PMB, 2003a, 2003b, 1998). A ilha está localizada na costa oriental do rio Pará, braço sul do rio Amazonas, em frente a Baía do Guajará (PARA, 2005), o que lhe confere condições ideais para a prática da atividade turística. Vale ressaltar que desde o século XIX esta área já era utilizada como espaço de férias e descanso, transformando nas décadas de 1960 e 70 em uma área de turismo consolidada (PMB, 2003a; 2003b).

A denominação Mosqueiro teria advindo da nomenclatura “moquear”, processo indígena e caboclo que consistia na defumação do pescado para mantê-lo conservado por bastante tempo (MEIRA FILHO, 1978). Em função deste processo a localidade teria ficado conhecida como “ilha do Moqueio”, que com tempo e a dinâmica lingüística passaria a ser denominada de ilha do Mosqueiro⁶. Hoje o acesso à ilha pode (?) ser feito somente por via rodoviária (BR 316 e PA 391), mas o transporte fluvial também já foi bastante utilizado no passado. Mosqueiro está limitada ao norte pela Baía do Guajará e do Marajó, a oeste pela Baía de Santo Antonio, a leste pela Baía do Sol e ao sul pelo Furo das Marinhas, o qual separa a ilha do continente (PMB, 2003a; 2002b; 1998).

Detentora de espaços naturais significativos ainda não diretamente impactados antropicamente, Mosqueiro possui duas Unidades de Conservação: a Estação Ecológica do Furo das Marinhas e o Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro (PMIM) com 190ha (PMB, 2003a). Este Parque apresenta uma expressiva variedade natural e em seu entorno percebe-se igualmente uma importante diversidade social e cultural. Do ponto de vista ambiental a área possui floresta de várzea e floresta de terra firme, com vegetação de manguezais e palmeiras, floresta secundária aluvial de terra firme, e floresta de várzea de maré (UFPA, 2002). Há predominância de uma paisagem alagada do tipo mangue, bastante entrecortada por igarapés e furos. Nas áreas de terra firme pode-se observar a presença de árvores como, andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), copaíba (*Copaifera officinalis*), seringueira (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.), açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), pequiá (*Caryocar brasiliensis* Camb.), castanheira (*Betholletia excelsa* H. B. K.), amapá (*Hancornia amapá* Hub.) etc., denotando um potencial bastante grande para o turismo ecológico e a produção de fitoterápicos.

A vegetação local contribui para a diversidade faunística existente na ilha. Segundo informações de moradores locais é comum a ocorrência de roedores como cotias (*Dasyprocta agut* Lin.) e pacas (*Cuniculus paca*), assim como preguiças (família dos Bradipóditas), camaleões

⁶ Segundo informações colhidas junto a sítios de Internet, o nome originário teria sido ilha do Moqueio, nomenclatura pronunciada pelos colonos portugueses como ilha do Mosqueio, a qual chagaria à denominação atual de ilha do Mosqueiro (<http://mosqueiroilhaevilas.blogspot.com/2008/12/estava-procurando-um-espao-para.html>; http://www.paratur.pa.gov.br/saibamais/ilha_mosqueiro.asp). É bem provável que esse processo lingüístico tenha ocorrido dessa maneira, pois até hoje os antigos ilhéus e moradores do núcleo urbano de Belém utilizam a preposição “do” ou o artigo “o” quando dizem que vão para “o Mosqueiro”, ou que são “do Mosqueiro”, ou que estão “no Mosqueiro”, preposição e artigo utilizados em relação à palavra moqueio, ainda bastante utilizada em muitos lugares do estado do Pará e alhures.

(*Camaeleon vulgaris* Cuc.), sucuris (*Eunectes murinus* Lin.), jibóias (*Constrictor constrictor* L.), macacos-prego (*Cebus macrocephalous*), tamanduás (*Myrmecophaga tridactyla* Lin.), etc.

As aves também são vistas com rara frequência, mas é possível encontrar tucanos (*Ramphatos tucanus* Lin.), japins (*Cacicus cela*), sabiás (*Turdus amaurochalinus* Caban), papagaios (Família dos psitácidas), periquitos (Família dos psitácidas), gaviões (Família dos Falcônidas), pato do mato (Família dos Anátidas) e outras. Dentre a fauna aquática encontra-se com maior frequência a pescada branca (*Cynoscion* spp.), traíra (*Hoplias malabaricus* Bloch), bacu (*Lithodoras dorsalis* Valenciennes), sarda (*Scomber scombrus* Linnaeus), arraia (*Dasyatis Guttatus*), siri (*Callinectes sapidus*) e caranguejo (*Ucides cordatus*).

É exatamente no entorno do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro que se encontra a comunidade do Castanhal do Mari-Mari, local de discussão do presente artigo. A comunidade possui esse nome face sua ligação com o igarapé Castanhal, que tem sua nascente na área dos castanhais centenários e deságua no rio Mari-Mari. Com 21 famílias vivendo no local, pode-se observar a existência de uma paisagem típica das comunidades amazônicas de terra firme, a qual apresenta um campo de futebol, uma capela católica denominada de Santa Maria e a Unidade Pedagógica chamada Castanhal do Mari-Mari⁷ (figuras 3, 4 e 5 abaixo), atendendo a 22 alunos/as de 4 a 12 anos de idade, ou seja, da educação infantil aos dois primeiros ciclos do ensino fundamental.



Figura 3, 4 e 5: Campo de futebol, Capela de Santa Maria, Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari. foto: Jenijunio dos Santos, 2008

A pesca artesanal, o extrativismo vegetal, a construção de pequenas embarcações, a fabricação de utensílios utilizados para o artesanato são algumas das atividades do local, o que faz da comunidade Castanhal do Mari-Mari um espaço importante de produção cultural. Aliás, essa realidade é reconhecida internacionalmente pelos vários turistas que visitam os grupos sociais do entorno do PMIM, através da trilha ecológica denominada “Olhos D’água”. Nessa trilha além da variedade de espécies da flora e da fauna amazônica, podem-se encontrar algumas nascentes dos igarapés que compõem a extensa hidrografia da área, daí a origem do nome “Olhos D’água”. O percurso da trilha estende-se por 3.668m e é realizado na floresta de terra firme. A trilha termina na comunidade vizinha chamada de Caruaru, também igualmente rica em biodiversidade natural e social.

⁷ As Unidades Pedagógicas são espaços educacionais formais que são ligados institucionalmente a uma escola. O que diferencia estas Unidades do anexo é o fato delas terem certa autonomia, com um coordenador(a) que gerencia todos os processos administrativos e pedagógicos.

O itinerário para se chegar até a comunidade é o seguinte: parte-se do Trapiche do porto do Pelé, no bairro do Maracajá em Mosqueiro, de onde o visitante fará um percurso fluvial de cerca de uma hora e quinze minutos, até a comunidade do Castanhal do Mari-Mari. Esse trajeto é feito passando pelos rios Tamanduaquara, Murubira, Pratiquara, Baía de Santo Antonio e rio Mari-Mari até chegar no chamado Porto do Canavial. No período das chamadas marés de sizígia ou de águas altas esse tempo de viagem pode ser reduzido em vinte minutos, utilizando-se o Furo do Engenho, local muito aprazível onde a floresta faz uma espécie de túnel natural, propiciando ao viajante um momento de contemplação e reflexão existencial.

Na Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari, desenvolvem-se a Educação Infantil e o ensino fundamenta (Ciclos de Formação I e II). Os alunos atendidos são da própria comunidade, e de comunidades vizinhas como a do Cantuário e da Fazenda. Como se pode observar na figura 3 acima, o espaço físico é constituído por um prédio central com duas salas (uma da educação infantil e outra que funciona a sala de leitura), um depósito de merenda, uma cozinha, dois banheiros e uma área livre que serve como refeitório. Existe ainda um barracão, onde a comunidade se reúne e faz suas festas, e uma maloca onde funciona a sala do ensino fundamental (essa turma é multiciclada⁸), dois alojamentos e um banheiro. A água é fornecida de um poço artesiano que é puxada por uma bomba d'água.

3.2 O FAZER PEDAGÓGICO ESCOLAR E COMUNITÁRIO A PARTIR DO RELATO DAS EXPERIÊNCIAS

Segundo Freire (2001), os processos educacionais escolares configuram-se como um dos meios para a construção de nossa incompletude. Esses processos precisam ter como pressuposto a realidade existencial das pessoas, a qual deverá ser mediatizadora dos conteúdos na relação ensino/aprendizagem entre sujeitos educacionais. A experiência pedagógica na comunidade do Castanhal do Mari-mari, relatada neste artigo, faz parte do projeto didático “Preservar a Natureza, é Construir a Paz”, que é uma tomada de decisão dos próprios sujeitos educacionais da comunidade Castanhal do Mari-Mari, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação que estimula os fazeres pedagógicos das populações ribeirinhas, no que concerne à contextualização educacional local, com enfoque na cultura, nos saberes locais e o próprio meio ambiente.

⁸ Como o próprio termo indica, a turma multiciclada é aquela que tem alunos de diferentes ciclos, em face do número de discentes não atingir o mínimo necessário para se constituir uma turma. Ressalte-se que o Ciclo de Ensino tem origem na concepção freiriana de aprendizagem do educando, a qual se propõe a respeitar as características de cada faixa etária dentro do período total que compreende o Ensino Fundamental. A idéia base é a de que há alunos que dão conta de determinados objetivos dentro de prazos diferentes e com ritmos individuais aproximadamente iguais, mas também diferentes. Com ciclos diferenciados de duração, pode-se adequar o prazo para término de determinado ciclo de acordo com as necessidades da faixa etária com que se está trabalhando. Assim sendo, na rede municipal de ensino de Belém, adotaram-se quatro ciclos de aprendizagem. O Ciclo I, composto por três anos e envolve crianças de 06 a 08 anos de idade; O Ciclo II com dois anos para crianças com idade entre 09 e 10 anos; O Ciclo III e o IV ambos com dois anos e concernem a alunos nas faixas etárias de 11 a 14 anos, fechando assim o ciclo de ensino fundamental com 09 anos.

Para o sucesso do projeto em pauta foi necessário constituir um grupo de educadores que tivessem uma relação direta com a comunidade, que sentissem o cotidiano local como seu, capaz de alegrar-se com suas vitórias e sofrer juntos nos momentos de fracasso, vistos como momentos e imprescindíveis aos processos de autoconstrução do conhecimento. Enfim um grupo de educadores capazes de desenvolver uma educação séria, pois como afirma Lubich (2000 *apud* ARAUJO, 2001, p. 38), é “[...] através de uma educação séria que podemos nos tornar, como indivíduos e como comunidade, capazes de colaboração, de diálogo, de encontro com outras pessoas”.

Nessa perspectiva, a coordenação pedagógica acordou com a Secretaria Municipal de Educação que os professores, merendeiras e pessoal de apoio fossem moradores da própria comunidade ou tivessem uma relação direta com a mesma. Deste modo, constituiu-se um grupo de sujeitos educacionais da seguinte forma: a professora da educação infantil era moradora local, a qual embora tivesse apenas a formação do magistério em nível de ensino médio, seria fundamental sua presença para o desenvolvimento da proposta pedagógica. A professora do ensino fundamental, com curso superior em pedagogia, era a catequista na comunidade e apresentava uma íntima relação com a mesma. A merendeira e a pessoal responsável pela limpeza eram também moradoras da localidade com importante participação social.

Foi com esse quadro de funcionários que a unidade pedagógica passou a implementar suas atividades educacionais escolares. Primeiro, buscou-se compreender o cotidiano da comunidade, suas demandas e queixas (muitas delas relatadas em reuniões de pais ou nas visitas feitas pelo coordenador pedagógico, professores e alunos da comunidade). Esse posicionamento inicial dentre os educadores e o corpo técnico administrativo escolar era de que seria indispensável o desenvolvimento de um projeto pedagógico contextualizado, que buscasse reafirmar a identidade comunitária e cultural do local, apontando para a preservação ambiental e a promoção de uma cultura da paz.

A necessidade de trabalhar esses três eixos temáticos foi identificada pelo reconhecimento da profunda crise de identidade local que a comunidade estava passando. O fazer cultural da comunidade estava sendo esquecido e substituído por outros aspectos da cultura urbana vindo da Vila de Mosqueiro ou mesmo do núcleo urbano de Belém, que passava a ser o sonho de moradia para os ilhéus. De fato, crescia o número de famílias que estavam deixando Castanhal do Mari-Mari para ir morar na chamada Vila do Mosqueiro, ou mesmo em áreas periféricas da capital paraense. Sem formação ou qualificação profissional, ficavam na informalidade e suscetíveis às agruras e as vicissitudes da situação.

Todavia, a comunidade apresentava claramente potencialidades sociais, econômicas e ambientais, com uma forte tradição ligada ao extrativismo de frutas e a pesca do camarão. Caberia ao espaço escolar contribuir com a comunidade para a percepção, valorização e prática da cata e coleta dos produtos naturais, valorizando e mostrando a relevância dessa atividade e a necessária preservação ambiental para o seu desenvolvimento, isso tudo dentro de uma percepção holística de garantia do sustento das pessoas no presente, respeitando o direito das outras gerações de desfrutarem dos recursos naturais locais no futuro.

Nos anos de 2008 e 2009 o projeto didático teve como tema: “Preservar a Natureza é Construir a Paz”, com o objetivo de repensar a relação ser humano / natureza a partir de uma visão que levasse

em conta a sustentabilidade comunitária e ambiental. Neste sentido, os sujeitos educacionais da educação infantil ficaram responsáveis pelo levantamento e estudo da fauna e flora, enquanto que a economia e a cultura estiveram sob a responsabilidade dos sujeitos educacionais do ensino fundamental. Assim, os conteúdos foram listados a partir dos eixos temáticos que iriam dialogar com os conteúdos estabelecidos pelo currículo formal. Ou seja, os conteúdos do currículo formal iam sendo trabalhados, na medida em que as professoras necessitassem deles para um melhor entendimento e desenvolvimento dos conteúdos dos eixos temáticos.

A metodologia desenvolvida foi implementada a partir das ações de cada tema, os quais foram descritos em um plano de ensino, respeitando as diferentes idades dos alunos, assim como o desenvolvimento cognitivo de cada um. Precisamente, a metodologia buscou privilegiar a pesquisa de campo, com os seus vários momentos (elaboração do roteiro de investigação, coleta dos dados e sistematização), sendo que a sistematização das atividades foram feitas em sala de aula, com relatos orais e confecção de cartazes com ênfase na construção de textos após cada atividade desenvolvida. Tome-se como exemplo o quadro a seguir, o qual foi constituído a partir de uma pesquisa de campo com e na comunidade, mediado pela professora Evelyse Cabral e implementada por seus alunos da turma multicitada. O objetivo dessa investigação era identificar as frutas mais vendidas, sua origem, quantidade, preço, finalidade e o destino final.

QUADRO DA ECONOMIA LOCAL – FRUTAS

FRUTA	ORIGEM	QUANTIDADE	PREÇO	FINALIDADE
CUPUAÇU	Mari-Mari e Cantuário	Unidade	Por tamanho R\$ 1,00 a R\$ 5,00	Consumo e Venda
UXI	Mari-Mari	Cento	Escolhido: R\$ 5,00 e Misturado: R\$ 2,00	Consumo e Venda
BACABA	Mari-Mari e Cantuário	Lata, garrafa e litro	Lata: R\$ 10,00 a R\$ 20,00 Garrafa: R\$ 2,00 e litro:R\$ 6,00	Consumo e Venda
AÇAI	Mari-Mari e Cantuário	Lata	Uma lata R\$ 12,00 e R\$ 25,00	Consumo e Venda
BACURI	Mari-Mari	Unidade	R\$ 0,50	Consumo e Venda
PIQUIÁ	Mari-Mari	Unidade	R\$ 0,50	Consumo e Venda
UMARI	Mari-Mari	Cento	R\$ 4,00	Consumo e Venda
CASTANHA	Mari-Mari	Saco com castanha descascada	R\$ 1,50 a R\$ 2,00	Consumo e Venda

Ainda no contexto da metodologia, pode-se perceber como a Unidade Pedagógica trabalha os projetos, tendo como exemplo o projeto “Olhos d’água/ Clic das Ilhas”. Esse projeto foi uma parceria da Secretaria Municipal de Educação com a Associação fotoativa e o fotógrafo Miguel Chikaoka. Neste momento, buscou-se fazer uma reflexão sobre a cultura e a preservação ambiental a partir de registros de imagens fotográficas, consociada com leituras de textos e produção escrita sobre a realidade observada. No processo vivo de efetivação desse projeto, sugeriram propostas múltiplas de trabalho em sala de aula, permitindo que o docente envolvesse seus educandos em situações de contínuas construções ao longo de seu desenvolvimento.

As intervenções pedagógicas no contexto do projeto “Olhos d’água/ Clic das Ilhas” permitiram ainda ao mediador, o exercício constante de *praxis* pedagógicas reflexivas, de maneira autônoma e criativa, com possibilidades múltiplas para a produção e construção de textos. Foi um projeto que privilegiou também a exposição, compreensão e criticidade de problemas da própria comunidade, uma vez que cada aluno poderia escolher um tema para fazer seu trabalho. Na figura 6 abaixo, tem-se a aluna Ingrid Bergma registrando através da pinhole⁹ uma imagem dos restos de uma garrafa de plástico deixada no chão. Seu tema era “Resíduos sólidos deixados na comunidade”.



Figura 6: A aluna Ingrid Bergma fotografando uma pequena garrafa de plástico, na comunidade Castanhal do Mari-Mari. foto: Miguel Chikaoka, 2009.

A interação entre as crianças, a alegria em realizar as atividades de campo e a satisfação na execução do processo de revelação das imagens que eles mesmos capturaram foi algo realmente indescritível. Toda essa motivação estudantil fez com que fosse efetivado o princípio da interdisciplinaridade nesse projeto, pois possibilitou que os alunos trabalhassem conteúdos de Matemática (mediadas e figuras geométricas), Artes (as cores, os desenhos livres que cada aluno fez em suas máquinas), Língua Portuguesa (palavras e frases que tivessem relação com a cultura local ou meio ambiente), etc. Por exemplo, para capturar uma imagem na pinhole é fundamental o tempo de abertura do orifício por onde passa a luminosidade, daí a importância da contagem para fechar do furo.

⁹ Uma câmara pinhole é uma máquina fotográfica simples, prática e sem lente, a qual registra imagens a partir dos raios de luz refletidos por um objeto. Esses raios passam por um pequeno buraco para formar uma imagem em uma superfície oposta e interna do instrumento.

Destarte, ficou acordado que a contagem se daria usando o termo camarão, palavra bastante utilizada na comunidade. Então a contagem foi feita da seguinte maneira: um camarão, dois camarões, três camarões...

Como o trabalho era feito em duplas, algumas crianças tinham dificuldades de contar acima de 10 camarões, pois nas atividades de pesquisa foram envolvidas as crianças da educação infantil, ou seja, em faixa etária diferente. Ou outras tinham dificuldades em registrar na planilha como estava o sol, isto é, se a luz estava muito intensa ou se o tempo estava nublado, ou mesmo quantas vezes tiveram que contar “camarões”. O fato é que nesse momento outros alunos participaram positivamente, intervindo e ajudando os colegas menores, criando assim uma comunhão de aprendizagem relevante.

O processo de avaliação da aprendizagem foi um momento importantíssimo e bastante proveitoso para o conjunto dos objetivos traçados. De modo gradual e progressivo, foram usados diferentes instrumentos avaliativos que buscaram, qualitativamente, perceber o nível de compreensão da realidade por parte dos educandos, dentro de um quadro de atividades propositivo de tarefas a cumprir. Assim, tomou-se como referência para a avaliação o próprio relato oral das crianças, a construção de trabalhos de catalogação da realidade social e ambiental, trabalhos escritos no final de cada semestre, encenações teatrais, construções de poesias, etc. tudo anotado para efetivação do processo avaliativo com base nos chamados registros/ sínteses da aprendizagem, durante os Conselhos de Ciclos.¹⁰

Tome-se como exemplo o projeto desenvolvido na educação infantil, o qual teve como título: “As Plantinhas que São o Remédio da Vovó”¹¹. Esse projeto foi executado com o objetivo de ser um contributo para o fortalecimento da identidade cultural das crianças envolvidas a partir dos saberes locais, fortalecendo os laços afetivos com a família, comunidade e o respeito pela natureza. Todas as ações foram efetivadas na perspectiva de que cada criança ao desenvolver a sensibilidade do olhar para a realidade que a cerca, tendo como elementos instigadores de pesquisa a própria comunidade onde “tecem” suas vidas, estarão desenvolvendo habilidades necessárias para a aquisição da leitura e escrita.

A experiência com os educandos foi realmente enriquecedora e extremamente gratificante. A partir das atividades propostas, pôde-se observar aspectos relevantes do projeto executado, tais como: I) a identificação e catalogação por parte das crianças de plantas variadas, com base na própria identificação e termos usados localmente, II) a satisfação das crianças em desenvolver uma interação com a comunidade e o meio ambiente natural local, III) a valorização dos saberes tradicionais, IV) a implementação de um canteiro de plantas medicinais no entorno da Unidade Pedagógica, V) a interação interpessoal entre os mais variados sujeitos educacionais foram alguns dos muitos momentos marcantes desenvolvidos no contexto do projeto.

Nas figuras 7, 8 e 9 a seguir, têm-se algumas imagens que buscam demonstrar minimamente as atividades desenvolvidas no contexto da experiência educativa escolar na comunidade Castanhal do Mari-Mari. Dentre as fotografias, pode-se destacar a figura 8, a qual evidenciar um exercício de leitura

¹⁰ Conselho de Ciclo é a instância máxima da avaliação, que acontece quando os professores, a coordenação pedagógica, pais e alunos reúnem-se para avaliar a aprendizagem dos educandos.

¹¹ Na Amazônia, os saberes sobre as ervas curativas são tradicionalmente pertencentes às mulheres, que além da manipulação e prescrição dos fitoterápicos, também os cultivam nos espaços domésticos chamados de quintais.

e escrita desenvolvido junto a educandos do Primeiro Ciclo do ensino fundamental. A foto mostra um texto da educanda Mayra de Fróes Freitas, 5 anos de idade, escrito a partir da pergunta levantada pela educadora no contexto da sala de aula: você já tomou algum tipo de chá? E a discente escreveu: “eu já tomei chá de marupazinho para dor de barriga e eu fiquei boa”.



Figura 7, 8 e 9: Pesquisa de campo; atividade em sala de aula; e um texto escrito pela educanda Mayra, Educação Infantil II. Foto: Jenijunio dos Santos, 2009.

Um outro exemplo marcante no contexto das experiências ora relatadas, foi a VI Mostra Cultural realizada pelos sujeitos educacionais da Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari, em novembro de 2009. Neste momento foi possível apresentar um pouco da produção cultural-escolar e comunitária desenvolvida ao longo do ano. Como se pode perceber exemplificado nas figuras 10 e 11 abaixo, foram realizadas apresentações de danças típicas como o carimbo e a encenação de uma peça teatral denominada de “A Formiguinha Lili”, a qual buscava retratar a importância de todos os seres vivos para o equilíbrio dos ecossistemas. Esse foi um momento de festa e, mormente aprendizado, em que a comunidade e a escola apresentaram para os convidados o seu fazer cultural. Esses convidados, geralmente vindos de Belém e região metropolitana, levaram também suas produções, havendo assim uma socialização e um intercâmbio de saberes.



Figura 10 e 11: Apresentação de carimbó envolvendo discentes e comunitários; e apresentação de uma peça teatral chamada A Formiguinha Lili encenado somente por educandos da escola local. Foto: Jenijunio dos Santos, 2009.

O importante dessa atividade escolar comunitária foi a sinergia criada pela Amostra Cultural. De fato, ela foi um instrumento de fortalecimento da identidade coletiva da comunidade Castanhal do Mari-Mari, mas dialogando e respeitando com outras culturas. Precisamente, as danças, rodadas de carimbo, músicas e encenações, além dos materiais produzidos pelos alunos e moradores da comunidade, como a varinha bordada, os brinquedos de palha, cestarias e biojóias passaram a ser vistas e tidas localmente como elementos importantes no bojo do Festival do Açai¹². Este festival começou a ser realizado em 2006 e a Mostra Cultural realizada em 2009 tornou-se um importante aliado para o desenvolvimento local, fortalecendo inclusive a identidade cultural comunitária.

De fato, elementos culturais antes não reconhecidos ou esquecidos pela comunidade foram relatados e cantados em letras de música, como no carimbo intitulado “Riquezas da Comunidade” de autoria de Nazareno Garcia de Carvalho, morador da comunidade Castanhal do Mari-Mari, na ilha do Mosqueiro:

Quando vier a Mosqueiro	Ao Chegar aqui, ao	Você que é radical não vive
Visite Mari-Mari	Desembarcar tem a pedra do	De dá bobeira
É só uma hora de barco	Neguinho	Tem m passeio ecológico
Você tá chegando aqui (Bis)	Do Porto do Canavial (bis)	Na trilha da
		Castanheiras (bis)
Vamos viajar, vamos viajar	Você que vem lá de longe	
Por essas águas barrentas	Europa ou lá do Sul	
Da Baía do Guajará	Não esqueça de conhecer	
	As Samambais azuis	

A questão da alteridade ou percepção e respeito ao diferente teve como um dos suportes o próprio livro didático, isto é, para que as atividades não ficassem centradas em uma percepção localista, os livros didáticos fornecidos pelo Ministério de Educação (MEC) foram utilizados como apoio para que os educadores e os educandos pudessem dialogar com outros conhecimentos e conteúdos, muitos deles desconhecidos pelos moradores da comunidade, como, por exemplo, determinadas frutas (pêra e kiwi) ou temas urbanos, como a questão da sinalização de trânsito. Destarte, esse material pedagógico foi utilizado como mais um dos vários instrumentos de pesquisa dos discentes, de onde foram retirados textos para exercitar a leitura e a escrita.

No contexto da busca por conhecimento de outras realidades foi de fundamental importância o projeto “Muito Prazer, Belém do Pará”, que numa perspectiva interdisciplinar apresentava, entre outros objetivos, realizar um passeio com os alunos para conhecer a história de Belém, visitando o complexo Feliz Lusitânia, com seus casarões, o Forte do Castelo, as Igrejas de Santo Alexandre e Catedral, bem como o Museu do Índio. O projeto também tinha como objetivo possibilitar aos alunos conhecimentos acerca da vida urbana, tais como avenidas e ruas, sinais de trânsito, os vários tipos de

¹² No ano de 2006 a comunidade Castanhal do Mari-Mari se organizou e implementou o 1º Festival do Açai, com objetivo a divulgação da produção local. Atualmente, o Festival vem se constituindo em elemento social e econômico importante para divulgação e comercialização do açai *in natura* e seus derivados.

construções, como os “arranha céus”, os quais encantaram e deslumbraram muitas das crianças que aos 10, 11 ou 12 anos de idade ainda não havia visitado o núcleo urbano continental de Belém.

Os dias que antecederam a essa atividade foram dedicados aos estudos de textos que retratavam a história de Belém e, particularmente, o local onde iam efetivar as visitas. A esses textos foram acrescidos os estudos dos equipamentos urbanos e os meios de transportes, pois assim poderiam fazer uma comparação entre os meios de transporte usado por eles (barcos, canoas, botes e rabetas) e aqueles da cidade, assim como suas vias de trafegabilidade e os aparelhamentos que ordenam essa realidade. Tome-se como exemplo os sinais de trânsitos, os quais inexitem em suas comunidades e exigem outro código formais/legais e sociais para que sejam percebidos com significados necessários às condutas no transito, situação diferente quando se trafega nos rios, igarapés e furos.

Ficou explicito no comportamento de cada aluno/a que com um bloco de anotações queriam anotar tudo o que viam, além do que observavam, indagavam, admiravam-se diante das descobertas na “cidade grande”. Ao chegarem na Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari, na ilha do Mosqueiro, os alunos fizeram a socialização dos seus estudos de campo, de suas impressões sobre a cidade de Belém através de textos, construções de painéis, desenhos e muitos relatos orais.



Figura 12, 13 e 14. Imagens que exemplificam atividades dos alunos/as no contexto do projeto “Muito Prazer, Belém do Pará”. Foto: Jenijunio dos Santos, 2009.

Uma das ações que serviu para a consolidação da autoestima e reafirmação da identidade cultural da comunidade foi a “Canoagem Pela Paz” que aconteceu em 10 de maio de 2008 e fez parte de um evento internacional (*run 4 unity*), organizado pelo Movimento Juvenil Pela Unidade, ligado ao Movimento dos Focolares, que aconteceu simultaneamente em 193 países, para chamar atenção de todos os povos para a necessidade da paz mundial.

Sabendo da grandiosidade e o alcance da divulgação desse evento, a coordenação pedagógica fez um desafio para a comunidade do Mari-Mari e Caruru¹³ para escrevessem no evento uma ação que estivesse em consonância com o plano pedagógico e que apresentasse ao mundo a particularidade cultural dessas comunidades. Diante do desmatamento da trilha “Olhos D’água” (trilha que liga a comunidade do Mari-mari a comunidade do Caruaru e muito visitada por turistas), da poluição dos rios e da matança de animais nas comunidades componentes da ilha do Mosqueiro, propôs-se que seria mais interessante chamar a atividade escolar de “Paz com a Natureza”.

Ficou acordado que a melhor maneira de chamar a atenção do mundo para essa questão seria usando o meio de transporte mais utilizado pelos ribeirinhos da Amazônia, no caso a canoa. Assim, propôs-se uma canoagem com os seguintes objetivos:

¹³ A comunidade Caruaru é vizinha da comunidade Castanhal do Mari-Mari e possui uma Unidade Pedagógica denominada Maria Clemildes dos Santos.

- I) Possibilitar uma reflexão da relação da comunidade com a natureza, em especial com o rio através do lema “esse rio e minha rua”;
- II) Difundir uma cultura de paz entre os povos e com a natureza;
- III) Divulgar mundialmente a cultura ribeirinha do povo da Amazônia, em especial das regiões dos rios da ilha do Mosqueiro;
- IV) Contribuir para que o evento (*run 4 unity*) seja mais bonito e global com os elementos culturais peculiares da região;
- V) Elevar a autoestima dos povos ribeirinhos, ajudando-os a se reconhecerem como integrantes de um grande “mosaico” da cultura mundial.

A canoagem pela paz antecedeu-se de reuniões com a comunidade, estudos e oficinas com os alunos sobre os rios, as matas e os animais da região. Para além desses aspectos naturais, buscou-se investigar e debater outras formas de culturas que estariam fazendo parte da manifestação mundial nesse dia, como por exemplo, a corrida dos adolescentes do Egito em torno das Pirâmides e a caminhada dos jovens franceses passando pelo Arco do Triunfo. No contexto desses debates, mostrou-se para os discentes o que significava um mosaico e, posteriormente demonstrou-se que as comunidades Castanhal do Mari-Mari e Caruaru eram peças de um mosaico social e cultural global, com sua importância e singularidade.

A partir desses preparativos escolares e comunitários efetivou-se então a canoagem dentro de uma atmosfera lúdica, comunitária e participativa sem a preocupação da competição, sem a idéia de vencedores e vencidos, ou mesmo sem a cronometragem de tempo para ver quem seria o melhor. De fato, todos tiveram algum nível de participação, com envolvimento dos/as alunos/as, moradores locais, representantes de Organizações não Governamentais (ONG) e da imprensa. A seguir nas figuras 15 e 16, têm-se algumas imagens denotativas dessa realidade que se configurou em uma verdadeira festa, repleta de aprendizados multilaterais, quer seja por parte dos discentes e professores, quer seja por parte dos visitantes.



Figuras 15 e 16: Crianças, jovens e adultos participando da Canoagem pela Paz. Foto: Jenijunio dos Santos, 2008.

Foram três dias de convivência, nos quais os envolvidos tiveram relevantes experiências de comunhão cultural, com jogos, brincadeiras, relatos de experiências, contação de histórias, exposições

do fazer cultural das comunidades, caminhadas em trilhas, pintura nos espaços educativos e canoagem. E mais. As crianças puderam conhecer palavras do vocábulo, italiano, inglês e suíço, mas também mostraram um pouco de seu mundo simbólico para os visitantes. Ludicidade, interação e aprendizado foram as palavras mais freqüentes na avaliação final das oficinas realizadas. De fato, as crianças aprenderam algumas brincadeiras italianas e puderam apresentar algumas das suas. Mostraram, por exemplo, como fazer uma peconha e subir no açazeiro, ou ainda como fazer um matapi para pegar camarões e andar em canoa pelos rios do local.

Do ponto de vista pedagógico essas atividades foram realmente importantíssimas para o processo de desenvolvimento escolar dos discentes. Eles produziram artefatos extrativistas, fizeram pinturas, e produziram textos escritos em prosa, acompanhados de desenhos que denotavam a experiências da canoagem. A seguir têm-se as figura 17 e 18, nas quais é possível observar o esforço de crianças do terceiro ano da comunidade Castanhal do Mari-Miri em retratar a canoagem acima citada, a partir de desenhos e textos escritos.

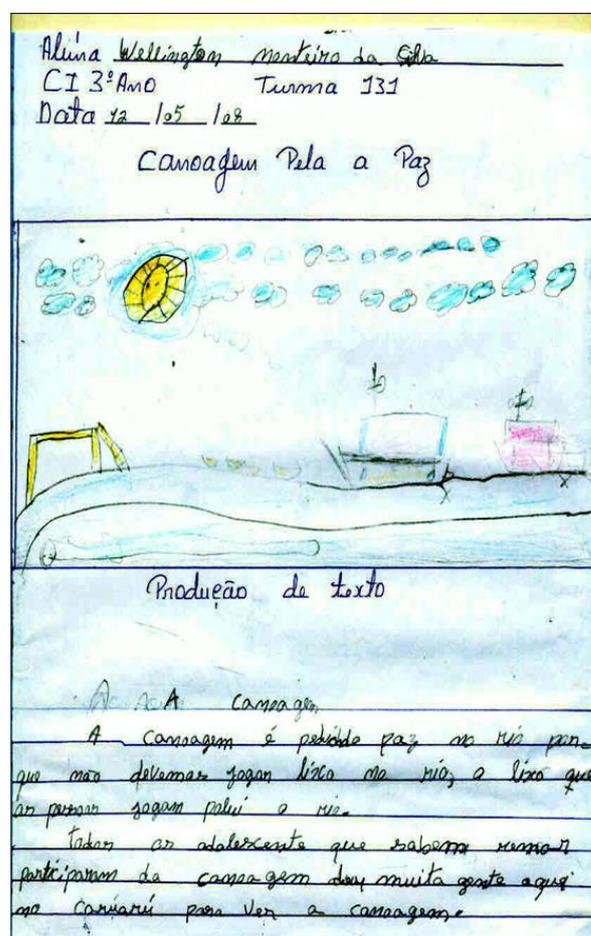
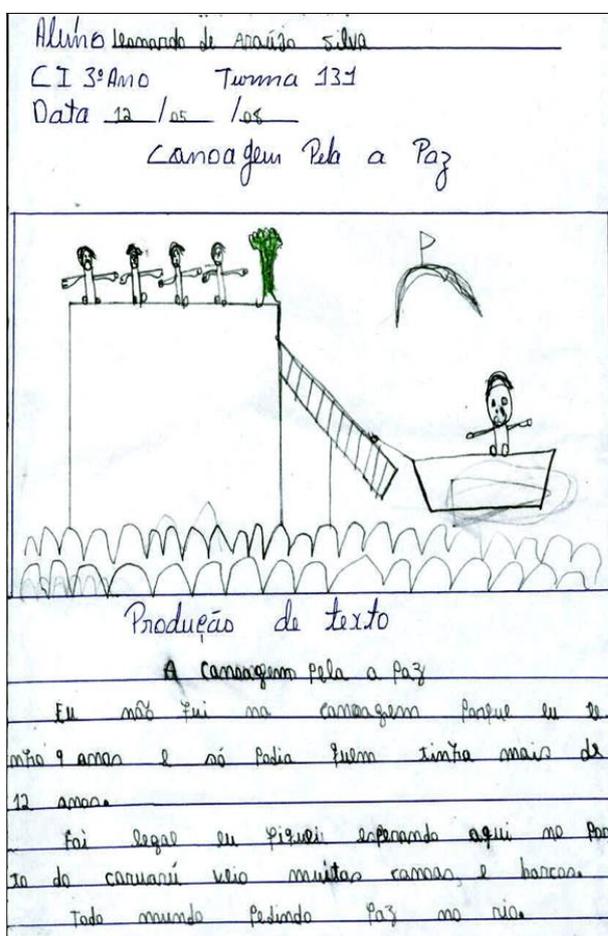


Figura 17 e 18: Textos de alunos do 3º ano, Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari, sobre a Canoagem Pela Paz. Foto: Jenijunio dos Santos, 2008.

Um dos momentos também bastante relevante no contexto das atividades concernentes ao projeto Paz com a Natureza foi a fundação do Grupo Juvenil de Preservação Ambiental, associado ao plantio de 100 mudas de árvores em áreas devastadas da Trilha Olhos D'água. O grupo se

comprometeu com que com o monitoramento desta trilha, juntamente com na busca da conservação e preservação dos rios, da fauna e flora do local. Estas práticas serviriam como exemplo para os comunitários e visitantes, levando a todos possíveis reflexões e condutas baseadas na cultura da paz na comunidade e com a natureza, bem como fortalecer ações ecologicamente corretas no contexto da própria Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari. Abaixo, na figura 19, tem-se uma imagem dos jovens que compuseram o grupo acima citado.



Figura 19: Fundação do Grupo Juvenil de Preservação Ambiental.
Foto: Jenijunio dos Santos, 2008.

Ao término do ano letivo de 2009 os sujeitos educacionais da Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari, sob a coordenação da educadora Evelyse Cabral, produziram um material do tipo brochura (CABRAL, 2009) intitulado: “Castanhal do Mari-Mary¹⁴: meu lugar, minha vida, nossa história”. Nele foram registradas várias etapas do desenvolvimento das atividades pedagógicas ao longo do ano. São anotações sobre a economia e a cultura, meio ambiente natural e social, tudo escrito a partir de práticas, observações, impressões e relatos orais de moradores do local, como por exemplo, a fala do Sr. Fabiano de Freitas, 65 anos de idade, que deu seu depoimento sobre a festa religiosa de Santa Maria.

O primeiro santo a ser festejado aqui foi o Santo Antonio, meu pai foi o responsável. Depois se festejava Nossa Senhora de Sant’Ana no final de julho. Como dona Maria Apolinária festejava por muito tempo Santa Maria, a comunidade deu mais ênfase a esta santa que é festejada no início de mês de junho. (CABRAL, 2009, p. 15).

Note-se ainda que nesse trabalho pode-se observar como se dá a relação da comunidade com a floresta, mesmo em atividades que, *a priori*, poderiam ser consideradas como nefasta ao ecossistema local, como é o caso da produção de carvão.

¹⁴ Mari-Mary com Y, pois em documentos antigos observa-se a grafia do nome da comunidade assim escrita.

Pelo método de produção das carvoarias locais, percebe-se que a feitura do produto é de pequena escala ou artesanal, que serve para o consumo doméstico e para algumas encomendas na chamada Vila do Mosqueiro, como relata o Sr. Nazareno Garcia, 47 anos de idade, um dos quatro carvoeiros existentes na comunidade:

A derrubada das árvores para a produção do carvão ocorre pelo machado, pois ao cortar a madeira bem no início do tronco, nasce o “filhotão” (talo verde) da seiva dando origem a uma nova árvore, isso ocorre quando a árvore é derrubada por machado, pois se derrubar a árvore com motosserra não “grela”, devido o contato da gasolina ou óleo com a seiva da árvore, evitando o brotamento (CABRAL, 2009, p. 7).

Os relatos orais são muitos e denotam também a melhoria da autoestima dos comunitários.

[...] meu filho sou muito feliz de morar nessa comunidade, aqui fui criada e aqui criei meus filhos, hoje são tudo gente de bem. Aqui tenho meus amigos, nossas festas, temos nossos frutos o ano inteiro e as lindas samambaias azul que ninguém tem (Neuza, 75 anos de idade, comunicação pessoal, 2009).

Eu gosto muito da minha escola e da minha professora, não tenho vontade de sair daqui, pois aqui eu aprendo muitas coisas. Aqui a gente passa a gostar do que temos e podemos conhecer outros lugares como no dia do passeio pra Belém que eu não conhecia. (Ediane, 9 anos, CII 2º ano, comunicação pessoal, 2009).

Enfim, poder-se-ão relatar vários outros depoimentos que mostram o aumento da autoestima dos moradores, a valorização do seu modo de vida e a percepção de que a felicidade está no seu lugar e não fora dele. De fato, um visitante que chegue hoje na comunidade Castanhal do Mari-Mari, perceberá que as crianças da escola local apresentam práticas de respeito mútuo, com frequência mensal em torno de 98%, índice quase nulo de evasão¹⁵, com 100% de aprovação e significativo aumento da capacidade de leitura e escrita até o 3º ano do ensino fundamental.

Esses resultados são sinais do sucesso educacional de uma escola que fez uma escolha pelos oprimidos (FREIRE, 2001), e fazem do ato de educar um ato de amor. Essas práticas educativas dos últimos dois anos fizeram com que essa comunidade mergulhasse nos seus saberes, na sua cultura, no autoconhecimento com sentimento de pertença, mas sem egocentrismo. Uma nova página da história dessa comunidade tem sido escrita, a partir do momento em que os sujeitos educacionais da Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari passaram a fazer uma releitura da própria vida comunitária, com valorização da economia, da cultura, da arte, do meio ambiente e dos seus festejos religiosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ Por questões familiares, em 2009 duas crianças pediram transferências.

O que credencia o trabalho na comunidade do Castanhal do Mari-Mari, ilha do Mosqueiro, Belém, Pará como uma atividade pedagógica escolar freiriana é, exatamente, a imprescindível relação entre as demandas comunitárias locais e as percepções dos educadores nos seus processos escolares. Precisamente, a comunidade apresentou suas queixas, angustias ou necessidades cotidianas e estas foram transformadas em temas geradores, os balizaram a leitura e escrita dos educandos, via atividades formativas escolares com enfoque na cultural. De fato, foi com base nas falas comunitárias que se buscou certa ressignificação dos problemas percebidos, e estes foram contextualizados, debatidos, criticados e devolvidos para a própria comunidade via envolvimento entre alunos, professores e moradores locais e comunidades circunvizinhas.

O conteúdo de sala de aula, os debates levantados na Unidade Pedagógica tiveram como pressuposto, meio e fim o mundo da vida existencial dos próprios alunos, em um conste ir e vir compreensivo dos problemas reais percebidos coletivamente. Por isso os conteúdos tornam-se uma coisa com um sentido, um significado para os sujeitos educacionais e a coletividade como um todo, que todos possuímos uma importância social e que temos uma história. E mais do isso, todos possuímos deveres e, principalmente, direitos como cidadãos pertencentes a uma comunidade, que está dentro de uma unidade federativa, etc. dentro daquilo que freire chamou de processo emancipatório de autoconhecimento e autoconstrução, do conhecer-se a si mesmo em consonância com os outros.

Uma realidade emblemática percebida nesse sentido relaciona-se à identidade coletiva comunitária local, fortalecida como uma cultura que não é pior nem melhor que as outras culturas, que ela é, na verdade, apenas diferente e por isso poderá contribuir com o desenvolvimento das pessoas residentes no seu próprio território, ou seja, mostrando que o local onde se está vivendo tem importância econômica, cultural, ambiental e política. Pode-se citar o fato da “descoberta” das samambaias azuis. Esse vegetal era corriqueiramente visto por todos os moradores da comunidade, mas nunca percebido como uma coisa importante, que pudesse chamar a atenção.

Foi a partir da visita e o envolvimento com outras pessoas no contexto dos afazeres escolares que essas samambaias passaram a ter um outro sentido para o local. Percebeu-se que elas refletiam diferentemente a luminosidades dos raios solares e mudavam de cor, com tonalidades diversas em que prevalecia um tom azulado, o que as tornavam muito belas em relação às outras espécies de samambaia. Com o passar do tempo, as crianças incorporaram ao discurso comunitário a idéia de que a comunidade Castanhal do Mari-Mari era um local onde se poderiam ver muitas coisas bonitas, dentre as quais as belas samambaias azuis.

Para finalizar, há que se registrar a imprescindível e necessária inserção nas práticas pedagógicas escolares das outras formas que expressão do conhecimento, além da leitura e construção de textos escritos. De fato, são importantíssimos para os processos pedagógicos da docência e da discência a música, poesia, pintura, dança, o desenho, o teatro e tantas outros modos de comunicação humana, próprios das artes. É realmente inacreditável como esses outros elementos comunicacionais dão uma outra dinâmica para ação docente, com respostas positivas imediatas por parte dos educandos no concerne ao aprendizado questionador, assim como ao que concerne a motivação, interesse e responsabilidade para cumprimento das atividades propostas.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas-SP: Papyrus, 1995.
- ARAÚJO, Gilda Maria Lins de e LUNA, Maria José de Matos(Orgs). **Educação para a Paz: a arte de amar**. 2ª ed. Recife: Editora da Universitária da Federal de Pernambuco, 2009.
- CABRAL, Ivelyse. **Castanhal do Mari-Mary: meu lugar, minha vida, nossa história**. Castanhal do Mari-Mari/ Mosqueiro, Belém: Unidade Pedagógica Castanhal do Mari-Mari, 2009 (mimeo).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 30ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Pedagogia da Autonomia**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: Ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril, 1978.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM (PMB). **Roteirização e sinalização ecoturística**. Disponível em: www.20.bb.com.br/appbb/portal/qpe/relatorioprojetocultural. Acesso em 28 Ago. 2009.
- _____. **Projeto Gestão Participativa da Unidade de Conservação Mosqueiro**. Belém: PMB, 2003a.
- _____. **Plano de desenvolvimento local e sustentável**. Levantamento Preliminar da Ilha do Mosqueiro. Belém: DAMOS/PMB, 2003b.
- _____. **Anuário Estatístico do Município de Belém**, v. 5, 1998, Belém: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, 1998. 396p.
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa**. 22ª Ed. Petrópolis, Vozes, 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÀ (UFPA). **Diagnóstico sócio-ambiental da zona rural do entorno do Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro – Relatório Preliminar**. Belém: UFPA, 2002.